

25.julho.2014 – 10h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Representantes do Conselho Científico, Estrutura Orgânica de Gestão e Comissão de Trabalhadores do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)

Telmo Bento dos Santos (Vice-Presidente do Conselho Científico); António Joyce (Vogal da Energia da Comissão Coordenadora do Conselho Científico); Francisco Gírio (Representante da Estrutura Orgânica de Gestão) e Maria João Batista (Representante da Comissão de Trabalhadores)

Recebidos por: Deputados Maria José Castelo Branco (PSD), António Cardoso (PS), Elza Pais (PS), Isilda Aguincha (PSD), Luís Fazenda (BE), Maria Conceição Pereira (PSD), Nilza de Sena (PSD), Odete João (PS), Pedro Pimpão (PSD), Rita Rato (PCP) e Sandra Pontedeira (PS).

Assunto: Lei Orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)

Exposição: Os representantes do LNEG agradeceram a concessão da audiência e, após uma breve apresentação da instituição e da sua missão, expuseram as preocupações face à nova Lei Orgânica do LNEG, I.P, aprovada em Conselho de Ministros, no passado dia 3 de julho, entendendo que conduz ao esvaziamento de grande parte das competências científicas da área da Energia do LNEG, que lhe foram atribuídas, com base em avaliações internacionais rigorosas e independentes, sem que haja transferência das mesmas para outra instituição pública do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

Esclareceram que o documento aprovado prevê a transferência de competências para a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e para a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC), entidades que não fazem parte do SCTN e onde não existe essa carreira, nem os meios para realizar investigação, o que se afigura situação ilegal. A este respeito, esclareceram que estão em causa 31 investigadores, que vão deixar de fazer investigação para a indústria.

Referiram ainda que o desempenho do LNEG tem sido reconhecido de excelência, posicionando-se no topo do ranking nacional das instituições do SCTN, no âmbito do 7.º Programa-Quadro da EU e adiantaram ainda que este Laboratório ocupa a vice-presidência da European Energy Research Alliance, considerada pela CE pilar de investigação do SET Plan, o que entendem ser a demonstração do reconhecimento dos seus pares internacionais.

Terminaram, defendendo que deverá ser dada continuidade ao processo de apoio às políticas públicas com a DGEG, com quem têm tido um bom relacionamento e com bons resultados, considerando que as alterações provocarão um aumento de custos e o esvaziamento de competências.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) saudou os representantes do LNEG e colocou algumas questões, nomeadamente sobre a eventual participação do LNEG na discussão pública da proposta de Lei Orgânica e sobre o número total de trabalhadores que integram este Laboratório do Estado, e concluiu defendendo que a investigação deve fazer a ponte com as empresas e a indústria.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) cumprimentou os representantes do LNEG e fez referência às opções deste Governo, que têm contribuído para a destruição maciça da ciência, referindo-se

aos cortes sucessivos nesta área, sem a devida fundamentação e sem que seja implicada a comunidade científica. Considerou que a nova Lei Orgânica do LNEG belisca a imagem de Portugal, pelo que disse esperar que o Governo recue nesta decisão, afirmando que o PS tudo fará para que tal decisão seja invertida.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) cumprimentou os representantes do LNEG e manifestou a sua preocupação relativamente à proposta do Governo, entendendo que configura uma desvalorização do LNEG e dos seus profissionais. Disse temer que esteja em curso o desmantelamento de mais um Laboratório e referiu-se aos cortes registados nos Laboratórios do Estado, desde 2011, na ordem dos 30 milhões de euros. Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre se foram ouvidos no âmbito deste processo, e qual a posição que assumiram, e se entendem que existe recetividade da tutela para reverter o processo.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) cumprimentou os audientes e destacou o interesse científico do LNEG, considerando insensata a decisão de desmantelamento de um laboratório para esta área, que constitui um polo de referência nacional, crucial para o País. Afirmou ainda que a Sra. Secretária de Estado da Ciência não apresenta explicações sobre o que está a acontecer na área da ciência, pelo que disse esperar que o PSD e o CDS-PP possam confrontar o Governo sobre esta opção. Afirmou, por último, que o BE tudo fará para tentar reverter esta decisão, que considerou atentatória à função de soberania.

Em resposta às questões colocadas, os representantes do LNEG esclareceram que este Laboratório conta com 135 profissionais na área da energia, 91 dos quais investigadores, e referiram-se à forma como decorreu este processo: a lei orgânica foi enviada para o Conselho Diretivo, que manifestou total rejeição em relação à proposta, designadamente no que se refere ao artigo 15.º. Esclareceram que, a partir daí, não receberam quaisquer outras informações e que não existiu diálogo com a tutela, pelo que foi com surpresa que tiveram conhecimento da Lei Orgânica.

Reafirmaram que se trata de uma área estratégica para o desenvolvimento do País, na qual se investiu ao longo de anos, em recursos humanos altamente especializados, e que a Lei Orgânica vai criar um vazio no SCTN. Informaram que dirigiram pedidos de audiência ao Senhor Presidente da República e às tutelas e disseram esperar que este diploma não seja promulgado, sendo que as consequências seriam muito nefastas para o País, uma vez que se preconiza o desmantelamento de um corpo de serviço público estruturado, com formação de alto nível e competente, sem colocar em sua substituição nada equivalente.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) afirmou desconhecer se os contributos resultantes da consulta pública foram tidos em conta, pelo que referiu que iria articular estas preocupações com as tutelas.

A documentação da reunião, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 25 de julho de 2014

A assessora da Comissão
Cristina Tavares